

STJ00097547

MARIA CRISTINA ZAINAGHI

*ADVOGADA. DOUTORA EM DIREITO PELA PUC/SP. MESTRA EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE MACKENZIE.
PROFESSORA E PALESTRANTE DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL.*

LIÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

2ª edição





EDITORA LTDA.

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571
CEP 01224-001
São Paulo, SP — Brasil
Fone (11) 2167-1101
www.ltr.com.br

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: R. P. TIEZZI
Projeto de Capa: FABIO GIGLIO
Impressão: GRAPHIUM GRÁFICA
LTr 4832.5
Agosto, 2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Zainaghi, Maria Cristina

Lições de direito processual civil / Maria Cristina Zainaghi. —
2. ed. — São Paulo : LTr, 2013.

Bibliografia

ISBN 978-85-361-2614-2

1. Processo civil 2. Processo civil — Brasil I. Título.

13-06332

CDU-347.9

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil 347.9

Sys: 985149

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	33
II. DIREITO PROCESSUAL	35
1. DENOMINAÇÃO E ÂMBITO	35
1.1. HISTÓRICO	36
2. PRINCÍPIOS INFORMATIVOS E FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	37
2.1. PRINCÍPIOS INFORMATIVOS	38
2.1.1. PRINCÍPIO LÓGICO	38
2.1.2. PRINCÍPIO JURÍDICO	38
2.1.3. PRINCÍPIO POLÍTICO	38
2.1.4. PRINCÍPIO ECONÔMICO	39
2.2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	39
2.2.1. PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL	39
2.2.2. PRINCÍPIO DA ISONOMIA	39
2.2.3. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA	40
2.2.4. PRINCÍPIO DA AÇÃO	41
2.2.5. PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROVA ILÍCITA	42
2.2.6. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE	42
2.2.7. PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	42
2.2.8. PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO	43
2.2.9. PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	43
2.3. PRINCÍPIOS INTERNOS OU INFRACONSTITUCIONAIS	43
2.3.1. PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE DO JUIZ	43
2.3.2. PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE E DISPONIBILIDADE	44
2.3.3. PRINCÍPIO DA LIVRE INVESTIGAÇÃO DAS PROVAS E DISPOSITIVO	44
2.3.4. PRINCÍPIO DO IMPULSO OFICIAL	44
2.3.5. PRINCÍPIO DA ORALIDADE	44
2.3.6. PERSUASÃO RACIONAL DO JUIZ	45
2.3.7. PRINCÍPIO DA LEALDADE PROCESSUAL	45
2.3.8. PRINCÍPIO DA ECONOMIA E DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS	45

III. NORMA PROCESSUAL E SUA INTERPRETAÇÃO	46
1. NOÇÕES GERAIS	46
2. A NORMA PROCESSUAL	47
2.1. CLASSIFICAÇÃO	47
2.2. NATUREZA	47
3. INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROCESSUAL	47
3.1. SUAS FONTES	48
3.2. MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO	48
4. INTEGRAÇÃO DA LEI PROCESSUAL	49
IV. JURISDIÇÃO	50
1. CONCEITO	50
2. CARACTERÍSTICAS	50
2.1. CARÁTER SUBSTITUTIVO	50
2.2. ESCOPO DA ATUAÇÃO DO DIREITO	51
2.3. OUTRAS CARACTERÍSTICAS	51
3. PRINCÍPIOS	52
3.1. PRINCÍPIO DA INVESTIDURA	52
3.2. PRINCÍPIO DA ADERÊNCIA AO TERRITÓRIO	52
3.3. PRINCÍPIO DA INDELEGABILIDADE	52
3.4. PRINCÍPIO DA INEVITABILIDADE	52
3.5. PRINCÍPIO DA INAFSTABILIDADE	52
3.6. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL	53
3.7. PRINCÍPIO DA INÉRCIA	53
4. PODERES INERENTES À JURISDIÇÃO	53
V. ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO	54
1. UNIDADE DE JURISDIÇÃO	54
2. CLASSIFICAÇÃO DE JURISDIÇÃO	54
2.1. PELO CRITÉRIO DE SEU OBJETO	54
2.2. PELO CRITÉRIO DO ORGANISMO	55
2.3. PELO CRITÉRIO DA POSIÇÃO HIERÁRQUICA	56
2.4. PELO CRITÉRIO DA FONTE DO DIREITO EM QUE É PROFERIDO O JULGAMENTO	56
VI. JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	58
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	58
2. CONCEITO	58
3. HIPÓTESES DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	59
4. DISTINÇÃO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA E CONTENCIOSA	59
VII. ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA	61
1. O PODER JUDICIÁRIO	61
1.1. CONCEITO	61
1.2. ÓRGÃOS DA JURISDIÇÃO	62
2. ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA	62
2.1. CONCEITO	62

2.2. COMPETÊNCIA	63
3. ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL	63
3.1. ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA ESTADUAL	63
3.1.1 FONTES	63
3.1.2. COMPOSIÇÃO DOS TRIBUNAIS	63
3.1.3. CLASSIFICAÇÃO DAS COMARCAS	64
3.1.4. ESQUEMA DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA EM SÃO PAULO	64
VIII. COMPETÊNCIA	65
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	65
2. CONCEITO	66
3. DIVISÃO	67
4. SÍNTESE	70
IX. MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA	71
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	71
2. MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA	71
2.1. CONEXÃO E CONTINÊNCIA	71
3. PREVENÇÃO	72
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
X. AUXILIARES DA JUSTIÇA	74
1. CONSIDERAÇÃO INICIAL	74
2. CLASSIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS AUXILIARES	74
2.1. AUXILIARES PERMANENTES	74
2.2. AUXILIARES EVENTUAIS (ÓRGÃOS DE ENCARGO JUDICIAL)	75
2.3. AUXILIARES EVENTUAIS (ÓRGÃOS EXTRAVAGANTES)	76
XI. O JUIZ	77
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	77
2. JUIZ SINGULAR E COLEGIADO	78
3. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO CARGO	78
4. RESTRIÇÃO PARA ATUAÇÃO	78
5. ATOS DO JUIZ	79
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
XII. MINISTÉRIO PÚBLICO E ADVOGADO	80
1. MINISTÉRIO PÚBLICO	80
1.1. COMO PARTE	80
1.2. COMO FISCAL DA LEI	81
2. ASPECTOS GERAIS DO MP	82
2.1. RESPONSABILIDADE DO MP	82

2.2. IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÃO	82
2.3. UNIDICIDADE E INDEPENDÊNCIA	83
3. ADVOGADO	83
3.1. DIREITOS E DEVERES DO PROCURADOR	83
3.2. IMPEDIMENTOS E INCOMPATIBILIDADE	84
3.3. SUBSTITUIÇÃO	84
XIII. Ação	85
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	85
2. CONCEITO	86
3. NATUREZA JURÍDICA	86
3.1. AS DIVERSAS CORRENTES	86
4. CONDIÇÕES DA AÇÃO	87
4.1. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO	88
4.2. INTERESSE DE AGIR	88
4.3. LEGITIMIDADE	89
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
5.1. CARÊNCIA DA AÇÃO	91
XIV. ELEMENTOS DA AÇÃO	92
1. CONCEITO	92
2. ELEMENTO SUBJETIVO	92
3. ELEMENTO CAUSAL	93
XV. CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES	94
1. INTRODUÇÃO	94
2. CLASSIFICAÇÃO	94
2.1. AÇÕES DE CONHECIMENTOS	94
2.1.1. DECLARATÓRIAS	94
2.1.2. CONDENATÓRIAS	95
2.1.3. CONSTITUTIVAS	95
2.1.4. MANDAMENTAIS	95
2.1.5. EXECUTIVA <i>LATU SENSU</i>	95
2.2. AÇÕES EXECUTIVAS	95
2.3. AÇÕES CAUTELARES	95
XVI. PROCESSO E PROCEDIMENTO	96
1. INTRODUÇÃO	96
1.1. PROCEDIMENTOS ORDINÁRIOS	96
1.2. PROCEDIMENTOS SUMÁRIOS	97
2. NATUREZA JURÍDICA	97
2.1. CONCEITO	98

3. DISPOSITIVOS FINAIS	98
XVII. PROCESSO DE CONHECIMENTO; DE EXECUÇÃO E CAUTELAR	99
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	99
2. CLASSIFICAÇÃO DOS PROCESSOS	99
2.1. PROCESSO DE CONHECIMENTO	99
2.1.1. SENTENÇA MERAMENTE DECLARATÓRIA	100
2.1.2. SENTENÇA CONSTITUTIVA	100
2.1.3. SENTENÇA CONDENATÓRIA	100
2.1.4. SENTENÇA MANDAMENTAL E EXECUTIVA <i>LATO SENSU</i>	100
2.2. PROCESSO DE EXECUÇÃO	101
2.3. PROCESSO CAUTELAR	101
XVIII. PROCESSO (PRESSUPOSTOS, DESENVOLVIMENTO)	102
1. DISPOSIÇÕES INICIAIS	102
2. CLASSIFICAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	102
2.1. SUBJETIVOS	103
2.1.1. INVESTIDURA	103
2.1.2. COMPETÊNCIA	103
2.1.3. IMPARCIALIDADE	103
2.2. QUANTO ÀS PARTES	104
2.2.1. CAPACIDADE DE SER PARTE (<i>AD CAUSAM</i>)	104
2.2.2. CAPACIDADE DE ESTAR EM JUÍZO (<i>AD PROCESSUM</i>)	104
2.2.3. CAPACIDADE POSTULATÓRIA (<i>IUS POSTULANDI</i>)	104
2.3. OBJETIVOS	105
2.3.1. EXTRÍNSECOS	105
2.3.1.1. INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS	105
2.3.2. INTRÍNSECOS	105
2.3.2.1. SUBORDINAÇÃO DOS PROCESSOS ÀS NORMAS LEGAIS	105
3. DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO	106
3.1. FORMAÇÃO	106
3.2. SUSPENSÃO	106
3.3. EXTINÇÃO	106
XIX. ATOS PROCESSUAIS	108
1. INTRODUÇÃO	108
2. CONCEITO	108
3. CLASSIFICAÇÃO	109
3.1. ATO DE POSTULAÇÃO	109
3.2. ATOS DE CAUSAÇÃO	109
3.3. ATOS DE PROVA	110

3.4. ATOS REAIS	110
3.5. ATOS DECISÓRIOS	110
3.6. ATOS NÃO DECISÓRIOS	110
3.7. ATOS NO TEMPO	110
3.8. ATOS NO LUGAR	110
4. FORMAS DOS ATOS PROCESSUAIS	111
4.1. ATOS ELETRÔNICOS	111
5. PRAZO	111
5.1. CONTAGEM	112
5.2. PRECLUSÃO	112
XX. NULIDADES PROCESSUAIS	113
1. INTRODUÇÃO	113
2. CONCEITO	113
3. ESPÉCIES DE NULIDADES	113
3.1. ABSOLUTAS	113
3.2. RELATIVAS	114
3.3. COMINADAS	114
3.4. NÃO COMINADAS	114
3.5. ATOS INEXISTENTES	114
XXI. SUJEITOS DO PROCESSO	115
1. INTRODUÇÃO	115
2. CONCEITO DE PARTES	115
3. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL	115
XXII. LITISCONSÓRCIO	116
1. INTRODUÇÃO	116
2. CONCEITO	116
3. ESPÉCIES	116
3.1. QUANTO AO POLO DA DEMANDA	116
3.1.1. PASSIVA	116
3.1.2. ATIVA	117
3.1.3. MISTA	117
3.2. QUANTO À OBRIGATORIEDADE	117
3.2.1. FACULTATIVA	117
3.2.2. NECESSÁRIA	117
3.3. QUANTO À FORMAÇÃO	117
3.3.1. INICIAL	117
3.3.2. ULTERIOR	117

3.4. QUANTO AOS EFEITOS	118
3.4.1. UNITÁRIO	118
3.4.2. SIMPLES	118
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
XXIII. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	119
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	119
2. TIPOS DE INTERVENÇÃO	119
2.1. OPOSIÇÃO (ARTS. 56 AO 61 DO CPC)	119
2.2. NOMEAÇÃO À AUTORIA (ARTS. 62 AO 69 DO CPC)	120
2.3. DENUNCIÇÃO À LIDE (ARTS. 70 AO 76 DO CPC)	121
2.4. CHAMAMENTO AO PROCESSO (ARTS. 77 AO 80 DO CPC)	121
3. SÍNTESE	122
XXIV. ASSISTÊNCIA	123
1. INTRODUÇÃO	123
1.1. CONCEITO	123
2. PRESSUPOSTOS PARA SUA ADMISSIBILIDADE	124
3. ESPÉCIES DE ASSISTÊNCIA	124
3.1. ASSISTÊNCIA SIMPLES	124
3.2. ASSISTÊNCIA LITISCONSORCIAL	125
4. FIGURA DO ASSISTENTE	125
5. EFEITOS NA SENTENÇA	125
6. SÍNTESE	126
XXV. DA PETIÇÃO INICIAL	127
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	127
2. FASE DA PROPOSITURA. DISTRIBUIÇÃO E DO REGISTRO	128
3. REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL	129
3.1. O JUIZ OU TRIBUNAL A QUE É DIRIGIDA	129
3.2. OS NOMES, PRENOMES, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, DOMICÍLIO E RESIDÊNCIA DO AUTOR E DO RÉU	129
3.3. O FATO E OS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DO PEDIDO	130
3.4. O PEDIDO, COM AS SUAS ESPECIFICAÇÕES	130
3.5. O VALOR DA CAUSA	130
3.6. AS PROVAS COM QUE O AUTOR PRETENDE DEMONSTRAR A VERDADE DOS FATOS ALEGADOS	132
3.7. O REQUERIMENTO PARA CITAÇÃO DO RÉU	133
XXVI. EMENDA E INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL	134
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	134
2. A EMENDA DA INICIAL	134
3. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL	135

XXVII. PEDIDO	137
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	137
2. REQUISITOS	137
3. CUMULAÇÃO	137
4. ADITAMENTO E MODIFICAÇÃO DO PEDIDO	138
5. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA	138
XXVIII. CUMULAÇÃO DE AÇÕES	139
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	139
2. CONDIÇÃO PARA CUMULAÇÃO	139
3. REQUISITOS PARA A VALIDADE DO PEDIDO CUMULADO	140
3.1. EXEMPLOS DE CUMULAÇÃO	140
4. HIPÓTESES MAIS COMUNS DE CUMULAÇÃO	140
5. DISTINÇÃO ENTRE CUMULAÇÃO E CONCURSO DE AÇÕES	140
XXIX. CITAÇÃO	141
1. CONCEITO	141
2. MODALIDADES DA CITAÇÃO	141
2.1. QUANTO AO DESTINATÁRIO	142
2.2. QUANTO À FORMA	142
2.2.1. REAL	142
2.2.1.1. POSTAL	142
2.2.1.2. POR OFICIAL DE JUSTIÇA	142
2.2.2. FICTA	143
2.2.2.1. EDITAL	143
3. CAUSAS IMPEDITIVAS DA CITAÇÃO	143
4. EFEITOS DA CITAÇÃO	144
4.1. EFEITOS MATERIAIS	144
4.2. EFEITOS PROCESSUAIS	144
5. COMPARECIMENTO VOLUNTÁRIO DO RÉU	144
XXX. RESPOSTA DO RÉU	145
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	145
2. ESPÉCIES DE DEFESA DO RÉU	145
2.1. ASPECTOS DAS DEFESAS	145
2.2.1. DEFESA PROCESSUAL	146
2.2.1.1. PRÓPRIA OU PEREMPTÓRIA	146
2.2.1.2. IMPRÓPRIA OU DILATÓRIA	147
2.2.2. DEFESA DE MÉRITO	147
2.2.2.1. DIRETA	147
2.2.2.2. INDIRETA	147

3. CONTESTAÇÃO	147
3.1. CONCEITO	148
3.2. REQUISITOS DA DEFESA	148
4. EXCEÇÃO	149
4.1. ESPÉCIES	149
4.2. FORMA	149
4.2.1. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA	149
4.2.2. EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO	150
5. RECONVENÇÃO	150
5.1. CONCEITO	150
5.2. PRESSUPOSTOS	151
5.3. PROCEDIMENTO	151
6. REVELIA	151
6.1. CONCEITO	151
6.2. APLICABILIDADE	152
6.3. REVELIA DO AUTOR	152
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
7.1. DECLARATÓRIA INCIDENTAL	152
7.2. IMPUGNAÇÃO	153
7.3. OUTRAS PROVIDÊNCIAS	153
XXXI. JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	154
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	154
2. JULGAMENTO ANTECIPADO DO PROCESSO	155
3. EXTINÇÃO DO PROCESSO	155
3.1. COM JULGAMENTO DO MÉRITO	155
3.2. SEM JULGAMENTO DO MÉRITO	155
4. AUDIÊNCIA PRELIMINAR	155
5. DESPACHO SANEADOR	156
5.1 ESPÉCIES DE SANEADOR	156
6. SÍNTESE	156
XXXII. TEORIA GERAL DA PROVA	157
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	157
2. CONCEITO	157
2.1. NATUREZA JURÍDICA	157
3. CLASSIFICAÇÃO	157
4. ÔNUS DA PROVA	158
4.1. RESTRIÇÃO PROBATÓRIA	158
5. AS PROVAS	159
5.1. DEPOIMENTO PESSOAL	159
5.2. CONFISSÃO	159

5.3. PROVA DOCUMENTAL	159
5.4. PROVA TESTEMUNHAL	159
5.5. PROVA PERICIAL	160
5.6. INSPEÇÃO JUDICIAL	160
XXXIII. AUDIÊNCIA	161
1. INTRODUÇÃO	161
2. TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO	161
3. PRODUÇÃO DE PROVAS EM AUDIÊNCIA	161
4. DEBATES	162
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
XXXIV. SENTENÇA	163
1. CONCEITO E DISPOSIÇÕES GERAIS	163
2. REQUISITOS	163
3. NATUREZA JURÍDICA	164
4. CLASSIFICAÇÃO DA DECISÕES	164
5. ESPÉCIES DE SENTENÇA	165
XXXV. COISA JULGADA	167
1. CONCEITO E ASPECTOS GERAIS	167
2. NATUREZA JURÍDICA	167
3. ESPÉCIES DE COISA JULGADA	168
3.1. COISA JULGADA FORMAL	168
3.2. COISA JULGADA MATERIAL OU SUBSTANCIAL	168
4. SENTENÇAS QUE PRODUZEM COISA JULGADA MATERIAL OU SUBSTANCIAL	168
5. COISA JULGADA E PRECLUSÃO	169
XXXVI. AÇÃO RESCISÓRIA	170
1. INTRODUÇÃO	170
2. PRESSUPOSTOS	170
3. LEGITIMAÇÃO	171
4. PROCEDIMENTO	171
XXXVII. TEORIA GERAL DOS RECURSOS	173
1. CONCEITO DE RECURSO	173
2. DISTINÇÃO DE RECURSO, REMESSA OBRIGATÓRIA, RECONSIDERAÇÃO E AÇÃO RESCISÓRIA	173
3. CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS	175
— QUANTO AO CONTEÚDO	175
— QUANTO À FUNDAMENTAÇÃO	175
— QUANTO À APRESENTAÇÃO	175

— QUANTO AO CRITÉRIO QUANTITATIVO	175
4. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE INTRÍNSECOS	176
— CABIMENTO	176
— LEGITIMIDADE PARA RECORRER	176
— INTERESSE PARA RECORRER	176
— INEXISTÊNCIA DE FATO EXTINTIVO OU IMPEDITIVO DO PODER DE RECORRER	176
5. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE EXTRÍNSECOS	177
— TEMPESTIVIDADE	177
— REGULARIDADE FORMAL	177
— PREPARO	177
6. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	178
7. EFEITOS	178
XXXVIII. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO RECURSO	179
1. PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	179
2. PRINCÍPIO DA TAXATIVIDADE	180
3. PRINCÍPIO DA SINGULARIDADE OU UNIDICIDADE	180
4. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE	181
5. PRINCÍPIO DA <i>REFORMATIO IN PEJUS</i>	181
6. PRINCÍPIO DA VOLUNTARIEDADE	182
7. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE	182
8. PRINCÍPIO DA COMPLEMENTARIDADE	182
9. PRINCÍPIO DA CONSUMAÇÃO	183
10. PRINCÍPIO DA IRRECORRIBILIDADE EM SEPARADO DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA	183
XXXIX. APELAÇÃO	184
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	184
2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE INTRÍNSECOS	184
3. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE EXTRÍNSECOS	185
4. EFEITO	185
5. MANIFESTAÇÃO DO APELADO	186
6. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	186
7. CONTEÚDO	186
XL. AGRAVO	189
1. CABIMENTO	189
2. REGIMENTO	190
3. EFEITOS	190
4. AGRAVO RETIDO	190
4.1. REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE	190

5. AGRAVO DE INSTRUMENTO	191
5.1. REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE	191
6. RETRATAÇÃO	192
7. MANIFESTAÇÃO DO AGRAVO	192
8. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	192
<i>XLII. EMBARGOS INFRINGENTES</i>	194
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	194
2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE	194
— CABIMENTO	194
— REGULARIDADE FORMAL	194
— TEMPESTIVIDADE	195
— PREPARO	195
3. EFEITOS	195
4. PROCEDIMENTO	195
5. FUNDAMENTAÇÃO	195
<i>XLII. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO</i>	197
1. NATUREZA JURÍDICA	197
2. REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE	197
— CABIMENTO. ART. 535 DO CPC	197
— TEMPESTIVIDADE. ART. 536 DO CPC	197
— REGULARIDADE FORMAL. ART. 536 DO CPC	197
— PREPARO	198
3. MANIFESTAÇÃO DO EMBARGADO	198
4. PECULIARIDADES	198
<i>XLIII. RECURSO ADESIVO</i>	200
1. NATUREZA JURÍDICA	200
1.1. CONCEITO	200
2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE	200
2.1. CABIMENTO. ART. 500, II	200
2.2. LEGITIMIDADE	201
2.3. PREPARO	201
2.4. REGULARIDADE FORMAL	201
2.5. TEMPESTIVIDADE	201
3. MANIFESTAÇÃO DO RECORRIDO	201
4. JUÍZO DE MÉRITO	201
<i>XLIV. SÍNTESE RECURSAL</i>	202
<i>XLV. RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL</i>	203
1. RECURSO EXTRAORDINÁRIO	203

1.1. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE	203
1.1.1. CABIMENTO	203
1.1.2. PREPARO	203
1.1.3. REGULARIDADE FORMAL	204
1.1.4. PRAZO	204
1.2. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	204
1.3. EFEITOS	204
1.4. REPERCUSSÃO GERAL	204
2. RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO	204
3. RECURSO ESPECIAL	205
3.1. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE	205
3.1.1. CABIMENTO	205
3.1.2. PREPARO	205
3.1.3. REGULARIDADE FORMAL	205
3.1.4. PRAZO	205
3.1.5. RECURSOS REPETITIVOS	205
4. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE	206
5. PREQUESTIONAMENTO	206
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	206
 <i>XLVI. RECURSO ORDINÁRIO</i>	 208
1. NATUREZA JURÍDICA	208
2. REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE	208
— CABIMENTO	208
— TEMPESTIVIDADE	208
3. PROCESSAMENTO	209
 <i>XLVII. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA</i>	 210
1. NATUREZA JURÍDICA	210
2. REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE	210
3. PROCESSAMENTO	211
 <i>XLVIII. SÚMULA VINCULANTE</i>	 212
1. NATUREZA JURÍDICA	212
2. PONTOS IMPORTANTES	212
3. SÚMULAS VINCULANTES CONTROVERTIDAS	213
4. JUÍZO DE MÉRITO	213
HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA	213
INTRODUÇÃO	213
PROCEDIMENTO	213

XLIX. A REFORMA PROCESSUAL	214
1. INTRODUÇÃO	214
2. NOVO PANORAMA DA VIA EXECUTIVA	214
2.1. A LEI N. 11.232/05	215
2.2. A LEI N. 11.382/06	215
3. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA	215
4. REGRAS DISCIPLINADORAS	216
5. CUMPRIMENTO DE LIMINARES E DE SENTENÇAS DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER	216
6. CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO PARA ENTREGA DE COISA	217
 L. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE QUANTIA	 218
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	218
2. MULTA LEGAL	219
3. TÉCNICA PROCESSUAL	219
4. DEFESA DO DEVEDOR	221
5. PROCEDIMENTO DA IMPUGNAÇÃO	221
6. TÍTULOS JUDICIAIS	221
 LI. Ação de Execução	 223
1. NOÇÕES GERAIS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO. NATUREZA JURÍDICA	223
2. CONCEITO	223
3. PRINCÍPIOS	224
— PRINCÍPIO DA EFETIVIDADE DO PROCESSO EXECUTIVO	224
— PRINCÍPIO DO MENOR SACRIFÍCIO POSSÍVEL DO EXECUTADO	224
— PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO	224
— PRINCÍPIO DO DESFECHO ÚNICO	225
— PRINCÍPIO DO ÔNUS DA EXECUÇÃO	225
4. COMPETÊNCIA	225
5. LEGITIMIDADE	226
6. PRESSUPOSTOS DA EXECUÇÃO	226
— TÍTULO EXECUTIVO — <i>NULLA EXECUTIO SINE TITULO</i>	227
— LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE	227
7. ESPÉCIES DE EXECUÇÃO	227
8. TÍTULOS EXECUTIVOS	227
 LII. REQUISITOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	 228
1. REQUISITOS GERAIS DO PROCESSO (PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E CONDIÇÕES DA AÇÃO)	228
2. REQUISITOS ESPECÍFICOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	229
3. TÍTULO EXECUTIVO	229
4. LIQUIDEZ, CERTEZA E EXIGIBILIDADE	229

5. INADIMPLENTO	230
LIII. TÍTULO EXECUTIVO	231
1. CONCEITO	231
2. NATUREZA JURÍDICA	232
3. FORMA DE APRESENTAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO	232
4. DIVISÃO DO TÍTULO	232
4.1. TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS	232
4.2. TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS	232
LIV. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	234
1. NOÇÕES GERAIS	234
1.1. BENS NÃO SUJEITOS À EXECUÇÃO	234
1.2. BENS DE TERCEIROS SUJEITOS À EXECUÇÃO	235
2. CONCEITO	235
3. TRÊS ESPÉCIES DE FRAUDE	235
3.1. FRAUDES CONTRA CREDORES	236
3.2. FRAUDES DE EXECUÇÃO	236
3.3. ALIENAÇÃO DE BEM PENHORADO	236
LV. LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA	234
1. NOÇÕES GERAIS	238
2. FINALIDADE	238
3. NATUREZA JURÍDICA	239
4. ESPÉCIES DE LIQUIDAÇÃO	239
4.1. LIQUIDAÇÃO POR ARTIGOS, ARTS. 475-A E 475-E DO CPC	239
4.2. LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO, ARTS. 475-C E 475-D DO CPC	239
4.3. LIQUIDAÇÃO POR CÁLCULO, ART. 475-B	240
— LIQUIDAÇÃO POR CÁLCULO — ORGANOGRAMA	240
— LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO — ORGANOGRAMA	241
— LIQUIDAÇÃO POR ARTIGO — ORGANOGRAMA	242
LVI. ESPÉCIES DE EXECUÇÃO	243
1. FORMAÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO	243
1.1. OBRIGAÇÃO LÍQUIDA E ILÍQUIDA	243
1.2. OBRIGAÇÃO CONJUNTA E ALTERNATIVA	243
1.3. OBRIGAÇÃO CONDICIONAL OU A TERMO	244
1.4. OBRIGAÇÃO DIVISÍVEL E INDIVISÍVEL	244
2. EXECUÇÃO POR QUANTIA	244
3. EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER	244

4. EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE DAR OU ENTREGAR	245
5. ESPECIAIS	245
5.1. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. ARTS. 732 A 735 DO CPC E LEI N. 5.478/68	245
5.2. EXECUÇÃO FISCAL. LEI N. 6.830/80	245
5.3. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ART. 730 DO CPC E ART. 100 DA CF	246
LVII. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA	247
1. DISPOSIÇÕES GERAIS	247
1.1. CONCEITO	247
2. PROCEDIMENTO	247
2.1. TUTELA ESPECÍFICA	248
LVIII. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA	249
1. CONCEITO	249
2. PROCEDIMENTO	249
— AÇÃO DE EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA CERTA	250
— AÇÃO DE EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA INCERTA	251
LIX. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER	252
1. DISPOSIÇÕES GERAIS	252
1.1. CONCEITO	252
1.2. ESPÉCIES	252
2. PROCEDIMENTO	253
2.1. TUTELA ESPECÍFICA	254
3. <i>ASTREINTE</i>	254
4. EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER	255
5. ORGANOGRAMA — OBRIGAÇÃO DE FAZER	256
LX. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE	257
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	257
2. FASES DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	257
3. FASE DE PROPOSIÇÃO	258
3.1. PETIÇÃO INICIAL	258
3.2. DESPACHO	258
3.3. CITAÇÃO	259
4. FASE DE INSTRUÇÃO	259
4.1. PENHORA	259
4.1.1. BENS PENHORÁVEIS	260
4.1.2. BENS IMPENHORÁVEIS	260

4.2. DEPÓSITO	261
4.3. AVALIAÇÃO	262
4.4. ATOS EXPROPRIATÓRIOS	262
4.5. REMIÇÃO	265
LXI. EXECUÇÃO CONTRA FAZENDA PÚBLICA	266
1. DISPOSIÇÕES GERAIS	266
1.1. PECULIARIDADES	266
2. PROCEDIMENTO	267
— ORGANOGRAMA — EXECUÇÃO CONTRA FAZENDA	268
LXII. EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA. ARTS. 732 A 735 DO CPC	269
1. DISPOSIÇÕES GERAIS	269
1.1. PECULIARIDADES	269
2. DISTINÇÃO QUANTO AO FATO GERADOR DA EXECUÇÃO	270
3. PROCEDIMENTO	270
A) EXECUÇÃO DE SENTENÇA QUE CONDENA A PRESTAR ALIMENTOS, A FIM DE COMPOR A INDENI- ZAÇÃO DECORRENTE DE ATO ILÍCITO	270
B) EXECUÇÃO DE SENTENÇA QUE CONDENA A PRESTAR ALIMENTOS, QUE NÃO DECORRAM DE ATO ILÍCITO	271
ORGANOGRAMA DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS	271
LXIII. EXECUÇÃO FISCAL. LEI N. 6.830/80	272
1. DISPOSIÇÕES GERAIS	272
1.1. LEGITIMIDADE PASSIVA	272
2. PROCEDIMENTO	273
3. DISPOSIÇÕES FINAIS	275
— EXECUÇÃO FISCAL — ORGANOGRAMA	275
LXIV. DOS EMBARGOS DO DEVEDOR	276
1. DISPOSIÇÕES GERAIS	276
2. CONCEITO	276
3. NATUREZA JURÍDICA	277
4. PROCEDIMENTO	277
4.1. LEGITIMIDADE	278
4.2. PARCELAMENTO	278
— ORGANOGRAMA EMBARGOS	279
LXV. EMBARGOS DE TERCEIROS	280
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	280
1.1. CONCEITO	280
1.2. NATUREZA JURÍDICA	281
2. LEGITIMIDADE	281

3. QUANDO E COMO SE PROCESSARAM	281
— ORGANOGRAMA — EMBARGOS DE TERCEIRO	282
LXVI. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	283
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	283
2. CONCEITO	283
2.1. NATUREZA JURÍDICA	284
3. APRESENTAÇÃO	284
4. MATÉRIA ABORDADA	284
LXVII. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE	286
1. DISPOSIÇÕES INICIAIS	286
2. QUESTÕES PROCESSUAIS	286
2.1. LEGITIMIDADE	287
2.2. COMPETÊNCIA	287
2.3. REQUERIMENTO	287
3. DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA	287
3.1. EFEITOS	288
— ORGANOGRAMA — EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE	288
LXVIII. PROCESSO CAUTELAR — QUESTÕES INTRODUTÓRIAS	290
1. DISPOSIÇÕES INICIAIS	290
1.1. CONCEITO	291
2. REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA CAUTELA	291
— <i>FUMUS BONI JURIS</i>	291
— <i>PERICULUM IN MORA</i>	292
3. PODER GERAL DE CAUTELA	292
4. DISTINÇÃO EM TUTELA CAUTELAR E TUTELA ANTECIPADA	292
LXIX. DO PROCEDIMENTO CAUTELAR	294
1. CONCEITO DE AÇÃO CAUTELAR	294
2. CONDIÇÕES DA AÇÃO	294
2.1. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO	295
2.2. LEGITIMIDADE	295
2.3. INTERESSE DE AGIR	295
3. COMPETÊNCIA	295
4. INSTRUMENTALIZAÇÃO	296
5. CONTRADITÓRIO	296
6. PECULIARIDADES	297
7. FASE FINAL DO PROCESSO CAUTELAR	297
LXX. ARRESTO	298
1. DISPOSIÇÕES GERAIS	298

2. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA	298
3. PROCEDIMENTO	298
LXXI. SEQUESTRO	300
1. DISPOSIÇÕES GERAIS	300
2. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA	300
3. CABIMENTO	301
4. PROCEDIMENTO	301
LXXII. CAUÇÃO	302
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	302
2. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA	302
3. CABIMENTO	303
LXXIII. BUSCA E APREENSÃO	304
1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	304
2. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA	304
3. PROCEDIMENTO	305
LXXIV. AÇÃO DE EXIBIÇÃO	306
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	306
2. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA	306
3. PROCEDIMENTO	307
4. PECULIARIDADES	308
LXXV. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS	309
1. DISPOSIÇÕES GERAIS	309
2. NATUREZA JURÍDICA	309
3. CABIMENTO E PROCEDIMENTO	309
4. PECULIARIDADE	310
LXXVI. ALIMENTOS PROVISIONAIS	311
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	311
1.1. CONCEITO	311
1.2. NATUREZA JURÍDICA	311
2. CABIMENTO	312
3. PROCEDIMENTO	312
LXXVII. ARROLAMENTO DE BENS	313
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS E NATUREZA JURÍDICA	313
2. CONCEITO	313
3. CABIMENTO	314
4. PROCESSAMENTO	314

LXXVIII. JUSTIFICAÇÃO	315
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	315
2. CABIMENTO	315
3. PROCEDIMENTO	316
LXXIX. PROTESTO, NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÕES	317
1. DISPOSIÇÕES GERAIS	317
2. CONCEITO	318
3. CABIMENTO	318
4. PROCEDIMENTO	318
5. PECULIARIDADES	319
LXXX. DA HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL	320
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E CABIMENTO	320
2. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA	320
3. PROCEDIMENTO	320
LXXXI. DA POSSE EM NOME DO NASCITURO	322
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	322
2. NATUREZA JURÍDICA	322
3. CABIMENTO E PROCEDIMENTO	322
LXXXII. DO ATENTADO	324
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	324
2. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA	324
3. PROCEDIMENTO	325
4. PECULIARIDADE	325
LXXXIII. PROTESTO E APREENSÃO DE TÍTULOS	326
1. PROTESTO	326
1.1. DISPOSIÇÕES GERAIS	326
1.2. CONCEITO	326
1.3. PROCEDIMENTO	327
2. APREENSÃO DE TÍTULOS	327
2.1. DISPOSIÇÕES GERAIS	327
2.2. CONCEITO	327
2.3. PROCEDIMENTO	327
LXXXIV. OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS	328
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	328
2. RELAÇÃO DE MEDIDAS	328
3. CARACTERÍSTICAS	329

LXXXV. TEORIA GERAL DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	330
1. QUESTÕES INTRODUTÓRIAS	330
2. CARACTERÍSTICAS	331
3. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS REGULADOS NO CPC	332
4. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NÃO REGULADOS NO CPC	332
LXXXVI. DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	333
1. ASPECTOS GERAIS	333
2. CONCEITO	333
A) NATUREZA JURÍDICA	334
3. PROCEDIMENTO	334
A) VIA EXTRAJUDICIAL	334
B) LEGITIMIDADE	335
C) COMPETÊNCIA	335
4. ORGANOGRAMA	336
LXXXVII. AÇÃO DE DEPÓSITO	337
1. ASPECTOS GERAIS	337
2. CONCEITO	337
A) NATUREZA JURÍDICA	337
3. PROCEDIMENTO	338
A) LEGITIMIDADE	338
4. ORGANOGRAMA	339
LXXXVIII. AÇÃO DE ANULAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO	340
1. ASPECTOS GERAIS	340
2. NATUREZA JURÍDICA	340
3. PROCEDIMENTO	341
3.1. PROCEDIMENTO DA SUBSTITUIÇÃO	341
3.2. PROCEDIMENTO DA AÇÃO REIVINDICATÓRIA	341
3.3. COMPETÊNCIA	342
3.4. LEGITIMIDADE	342
4. ORGANOGRAMA — AÇÃO DE ANULAÇÃO	343
4.1. ORGANOGRAMA — AÇÃO SUBSTITUIÇÃO	343
LXXXIX. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	344
1. ASPECTOS GERAIS	344
2. CONCEITO	344
2.1. NATUREZA JURÍDICA	344
3. PROCEDIMENTO	345
3.1. PROCEDIMENTO DA AÇÃO DE DAR CONTAS	345

3.2 LEGITIMIDADE	345
3.3. CUMULAÇÃO	345
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	346
5. ORGANOGRAMA	346
5.1. ORGANOGRAMA AÇÃO DE DAR CONTAS	347
<i>XC. AÇÕES POSSESSÓRIAS</i>	348
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	348
1.1. NATUREZA JURÍDICA	349
2. CONCEITO DE POSSE	349
3. ESBULHO, TURBAÇÃO E AMEAÇA	349
4. FUNGIBILIDADE	350
5. CUMULAÇÃO	350
6. CONCESSÃO DE LIMINAR	350
7. ORGANOGRAMA	351
<i>XCI. AÇÃO DE MANUTENÇÃO E DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE</i>	352
1. ASPECTOS GERAIS	352
2. CONCEITO	352
2.1. NATUREZA JURÍDICA	353
3. PROCEDIMENTO	353
3.1. COMPETÊNCIA	353
3.2. LEGITIMIDADE	354
<i>XCII. INTERDITO PROIBITÓRIO</i>	355
1. ASPECTOS GERAIS	355
2. CONCEITO	355
3. PROCEDIMENTO	355
<i>XCIII. AÇÃO DE NUNCIÇÃO EM OBRA NOVA</i>	356
1. ASPECTOS GERAIS	356
2. CONCEITO	356
3. PROCEDIMENTO	356
3.1. COMPETÊNCIA	357
3.2. LEGITIMIDADE	357
3.3. CUMULAÇÃO	357
4. ORGANOGRAMA	358
<i>XCIV. AÇÃO DE USUCAPIÃO DE TERRAS PARTICULARES</i>	359
1. ASPECTOS GERAIS	359
2. CONCEITO	360
2.1. NATUREZA JURÍDICA	360

3. PROCEDIMENTO	360
3.1. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	361
3.2. COMPETÊNCIA	361
3.3. LEGITIMIDADE	361
4. ORGANOGRAMA	362
<i>XCV. AÇÃO DE DIVISÃO E DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES</i>	363
1. ASPECTOS GERAIS	363
2. CONCEITO	363
2.1. NATUREZA JURÍDICA	363
3. PROCEDIMENTO	364
3.1. PROCEDIMENTO DA AÇÃO DE DIVISÃO	364
3.2. LEGITIMIDADE	365
3.3. CUMULAÇÃO	365
3.4. COMPETÊNCIA	365
4. ORGANOGRAMA — AÇÃO DEMARCATÓRIA	366
4.1. ORGANOGRAMA — AÇÃO DIVISÓRIA	367
<i>XCVI. DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA</i>	369
1. ASPECTOS GERAIS	369
2. CONCEITO	369
2.1. NATUREZA JURÍDICA	370
2.2. CONCEITO DE ESPÓLIO	370
3. PROCEDIMENTO	370
3.1. LEGITIMIDADE	371
3.2. COMPETÊNCIA	372
3.3. PARTILHA	372
3.4. INVENTÁRIO NEGATIVO	373
3.5. ARROLAMENTO	373
4. ORGANOGRAMA	374
4.1. FLUXOGRAMA DE ARROLAMENTO	376
<i>XCVII. DOS EMBARGOS DE TERCEIRO</i>	377
1. ASPECTOS GERAIS	377
2. CONCEITO	377
2.1. NATUREZA JURÍDICA	377
3. PROCEDIMENTO	378
3.1. LEGITIMADOS	378
4. ORGANOGRAMA	379
<i>XCVIII. DA HABILITAÇÃO</i>	380
1. ASPECTOS GERAIS	380

2. CONCEITO	380
2.1. NATUREZA JURÍDICA	380
3. PROCEDIMENTO	381
3.1. LEGITIMIDADE	381
4. ORGANOGRAMA	381
XCIX. RESTAURAÇÃO DE AUTOS	382
1. ASPECTOS GERAIS	382
2. CONCEITO	382
3. PROCEDIMENTO	382
3.1. LEGITIMIDADE	383
4. ORGANOGRAMA	383
4.1. ORGANOGRAMA — RESTAURAÇÃO DOS AUTOS NO TRIBUNAL	384
C. VENDAS A CRÉDITO COM RESERVA DE DOMÍNIO	385
1. ASPECTOS GERAIS	385
2. CONCEITO	385
2.1. NATUREZA JURÍDICA	385
3. PROCEDIMENTO	385
3.1. LEGITIMIDADE	386
4. ORGANOGRAMA	387
CI. AÇÃO MONITÓRIA	388
1. ASPECTOS GERAIS	388
1.1. A MONITÓRIA NO ORDENAMENTO INTERNACIONAL	388
2. CONCEITO	389
2.1. NATUREZA JURÍDICA	389
3. PROCEDIMENTO	389
3.1. LEGITIMIDADE	390
4. ORGANOGRAMA	391
CII. NA AÇÃO RENOVATÓRIA	392
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	392
2. NATUREZA JURÍDICA	393
3. PROCEDIMENTO	393
CIII. MANDADO DE SEGURANÇA	396
1. CONCEITO	396
2. ESPÉCIES	396
3. QUESTÕES PROCESSUAIS	397
CIV. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	398
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	398

2. PERTINÊNCIA	398
3. QUESTÕES PROCESSUAIS	398
CV. AÇÃO POPULAR	399
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	399
2. DISTINÇÃO ENTRE AÇÃO POPULAR E AÇÃO CIVIL PÚBLICA	399
3. LEGITIMIDADE	400
CVI. AÇÃO CIVIL PÚBLICA	401
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	401
2. CONCEITO	401
2.1. DISTINÇÃO DE DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	401
3. QUESTÕES PROCEDIMENTAIS	404
CVII. HABEAS DATA	405
1. CONCEITO	405
2. PROCEDIMENTO	405
3. COMPETÊNCIA	406
CVIII. MANDADO DE INJUNÇÃO	407
1. CONCEITO	407
2. COMPETÊNCIA	407
3. CONDIÇÕES DA AÇÃO	408
4. PECULIARIDADES	408
BIBLIOGRAFIA	409